PIONEIRA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 08.427.996/0001-28

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos aos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Campinas, 30 de abril de 2025.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

Balanços Patrimoniais - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	33	40	9.190	12.841
Contas a receber de clientes	-	-	5.727	6.079
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	1.883	72
Tributos a recuperar	8	9	574	232
Adiantamentos a fornecedores	-	-	244	238
Dividendos a receber	769	610	-	-
Dividendos antecipados pagos	3.132	-	6.000	-
Outros créditos	-	-	341	356
	3.942	659	23.959	19.818
Ativo não circulante				
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	3.621	4.001
Tributos diferidos	-	-	38	-
Depósitos judiciais	-	-	820	730
Investimentos	22.602	21.050	-	-
Bens de direito de uso	-	-	815	200
Imobilizado	-	-	20.873	21.651
Intangível	658	727	1.624	1.565
	23.260	21.777	27.791	28.147
Total do ativo	27.202	22.436	51.750	47.965

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Passivo circulante				
Fornecedores	-	-	680	811
Arrendamentos	-	-	439	154
Obrigações tributárias	-	-	831	647
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	2.238	2.222
Dividendos a pagar	864	686	1.568	1.244
Contas a pagar de partes relacionadas	-	-	128	307
Dividendos antecipados recebidos	3.133	-	-	-
Outros passivos	1	2	234	122
Provisões para remuneração variável	-	-	916	817
	3.998	688	7.034	6.324
Passivo Não Circulante				
Arrendamentos	-	-	440	55
Obrigações tributárias	-	-	16	24
Tributos diferidos	-	-	-	74
Provisões para riscos	-	-	1.181	1.125
	-	-	1.637	1.278
Patrimônio Líquido				
Capital Social	11.000	11.000	11.000	11.000
Reserva Legal	817	635	817	635
Reservas de lucros	11.387	10.113	11.387	10.113
	23.204	21.748	23.204	21.748
Participação de não controladores	-	-	19.875	18.615
Total do patrimônio líquido	23.204	21.748	43.079	40.363
Total do passivo e patrimônio líquido	27.202	22.436	51.750	47.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total Controladores	Participação Não Controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.000	491	8.920	-	20.411	17.384	37.795
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.890	2.890	2.551	5.441
Constituição de reserva legal	-	144	-	(144)	-	-	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	(867)	-	(867)	(762)	(1.629)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(686)	(686)	(558)	(1.244)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	2.060	(2.060)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.000	635	10.113	-	21.748	18.615	40.363
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.637	3.637	3.208	6.845
Constituição de reserva legal	-	182	-	(182)	-	-	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	(1.317)	-	(1.317)	(1.179)	(2.496)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(864)	(864)	(769)	(1.633)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	2.591	(2.591)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.000	817	11.387	-	23.204	19.875	43.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Receita operacional líquida	-	-	38.646	37.339
Custo dos serviços prestados	-	-	(21.105)	(21.959)
Lucro bruto	-	-	17.541	15.380
Despesas gerais e administrativas	(15)	(6)	(8.515)	(6.743)
Despesas comerciais	-	-	(2.593)	(3.181)
Outras despesas operacionais, líquidas	(77)	(78)	173	(378)
Resultado de equivalência patrimonial	3.725	2.969	-	-
Lucro operacional	3.633	2.885	6.606	5.078
Receitas financeiras	4	5	1.214	1.219
Despesas financeiras	-	-	(223)	(176)
Resultado financeiro, líquido	4	5	991	1.043
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.637	2.890	7.597	6.121
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(864)	(772)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	112	92
Lucro líquido do exercício	3.637	2.890	6.845	5.441
Atribuível a				
Participação dos controladores			3.637	2.890
Participação dos não controladores			3.208	2.551
			6.845	5.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	3.637	2.890	6.845	5.441
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	3.637	2.890	6.845	5.441
Atribuível a				
Acionistas controladores da Companhia			3.637	2.890
Participação dos acionistas não controladores			3.208	2.551
			6.845	5.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	3.637	2.890	6.845	5.441
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa gerado nas atividades operacionais				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(112)	(92)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	864	772
Provisão para perdas com investimento e amortização de mais valia	101	176		-
Provisão para riscos	-	-	56	214
Depreciação e amortização de imobilizados, intangível, e direito de uso	69	69	2.955	2.728
Alienação/Baixas do ativo imobilizado e intangível	-	-	1	20
Equivalência patrimonial	(3.725)	(2.969)	-	-
Juros e variações monetárias de arrendamentos	-	-	119	33
	82	166	10.728	9.116
Redução (aumento) dos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	-	-	352	(1.170)
Partes relacionadas	-	-	(138)	(29)
Tributos a recuperar	1	-	(342)	24
Depósitos judiciais	-	-	(90)	(57)
Adiantamento a fornecedores	-	-	(6)	438
Outros ativos	-	-	15	787
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	-	(1)	(131)	(68)
Partes Relacionadas	-	-	(179)	234
Salários e encargos sociais	-	-	16	66
Obrigações fiscais e tributárias	-	-	(48)	138
Provisão para remuneração variável	-	-	99	(72)
Outros passivos	(1)	-	112	(719)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	82	165	10.388	8.688
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício	-	-	(640)	(766)
Pagamento de juros de arrendamentos	-	-	(119)	(33)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	82	165	9.629	7.889
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	5.046	779	-	-
Mútuos com partes relacionadas	-	-	(1.293)	(2.650)
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(1.813)	(2.547)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	5.046	779	(3.106)	(5.197)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Arrendamentos pagos	-	-	(369)	(323)
Dividendos pagos	(5.135)	(989)	(9.805)	(1.814)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(5.135)	(989)	(10.174)	(2.137)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(7)	(45)	(3.651)	555
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40	85	12.841	12.286
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	33	40	9.190	12.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Pioneira Participações S.A. (a "Controladora"), localizada em São Carlos, estado de São Paulo, dedica-se a investimento em empresa de radiodifusão no Brasil, como acionista direto, em suas controladas Empresa Pioneira de Televisão S.A, e Rádio Independência de Ribeirão Preto Ltda., e em controladas indiretas Pioneira Rádio Participações Ltda. e Empresa Pioneira de Rádio Ltda. (conjuntamente a "Companhia" ou "Consolidado"). A controlada Empresa Pioneira de Televisão S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado, também localizada em São Carlos, estado de São Paulo, dedicando-se às atividades de radiodifusão com transmissão de sinal de TV digital para 42 municípios do estado de São Paulo. Ela atua como emissora afiliada à Rede Globo de Televisão e tem sua programação básica fornecida por aquela empresa, com suporte formal em contratos firmados entre as partes. Os saldos e resultados provenientes das transações com a Rede Globo de Televisão refletem as condições estabelecidas em negociações, suportadas por esses contratos. A outorga para a execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens é concedida pela União Federal através de aprovação do Presidente da República e Congresso Nacional. Além disso, as outorgas para execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens são concedidas separadamente por localidade. As outorgas não são exclusivas e expiram após 15 anos contados a partir da sua concessão e são renováveis mediante solicitação por um período similar. O prazo da outorga da Empresa Pioneira de Televisão S.A., para o período de setembro de 2018 a setembro de 2033 encontra-se em processo de renovação, tendo sido protocolado no Ministério das Comunicações, em 05 de outubro de 2017 e, considerando que a Companhia vem cumprindo com todos os requerimentos da lei, não existem quaisquer indicativos de que o processo de renovação não será concluído como ocorrido em oportunidades anteriores. Fazem parte dessa consolidação também as empresas Pioneira Rádio Participações Ltda, uma holding localizada em São Carlos; Rádio Independência de Ribeirão Preto Ltda., localizada em Ribeirão Preto, estado de São Paulo, dedicando se a atividades de radiodifusão; e também a Empresa Pioneira de Rádio Ltda., localizada em São Carlos, estado de São Paulo que se dedica a atividades de radiodifusão. A emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2025. **2. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 4. **2.2. Consolidação: a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), uma vez que a Companhia possui investimento em controlada que é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, o investimento na controlada é reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao custo de aquisição, sendo ajustada periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos da investida tendo como contrapartida uma conta de: "Resultado de equivalência patrimonial".

As seguintes empresas são controladas direta ou indiretamente pela Controladora:

	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Participação direta - %	**Participação indireta - %**	**Participação direta - %**	**Participação indireta - %**
Empresa Pioneira de Televisão S.A.	52,20%	0,00%	52,20%	0,00%
Rádio Independência de Ribeirão Preto Ltda.	66,67%	0,00%	66,67%	0,00%
Pioneira Rádio Participações Ltda.	0,05%	99,95%	0,05%	99,95%
Empresa Pioneira de Rádio Ltda.	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%

2.3. Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e outros investimentos de curto prazo, com vencimento de até três meses, com risco insignificante de alteração de valor. São prontamente conversíveis em caixa, sendo indexados à taxa dos certificados de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI"). **2.5. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras CDB e fundos de investimentos, são mantidas em instituições financeiras de primeira linha, que possuem taxas de avaliação de rating, são de curto prazo, não estão sujeitas a riscos de perdas significativas e de modo geral mantém-se o "CDI" como referência. **2.6. Ativos financeiros: 2.6.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de custo amortizado, e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. *a) Custo amortizado:* São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes", "Partes relacionadas", e "Dividendos". *b) Valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **2.6.2. Reconhecimento e mensuração:** São contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e valor justo por meio do resultado. **2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6.4. Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia em base prospectiva as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do CPC 48. Os ativos financeiros são baixados quando incorrido os direitos de receber fluxos de caixa e ou transferências; neste último caso, desde que a Companhia transfira, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.7. Passivos financeiros: 2.7.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, e passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, arrendamentos, contas a pagar para partes relacionadas e dividendos. **2.7.2. Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, arrendamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **2.7.3. Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.8. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para perda esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48. A PECLD, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. **2.9. Outros ativos:** Os estoques referem-se a material de consumo e são demonstrados ao custo médio das compras. O saldo de estoques está sendo demonstrados sob a rubrica de "Outros ativos". **2.10. Ativos intangíveis:** a) Ágio: O ágio (goodwill) é apresentado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O Ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. b) Marcas registradas e licenças: As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. c) Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares que é de cinco anos. **2.11. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. Terrenos e edificações compreendem, principalmente, centro de operações de transmissão, estúdios e escritório. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Média ponderada em anos
Edificações de emissoras	40
Instalações técnicas e administrativas	9
Máquinas e equipamentos	5
Equipamentos de informática	5
Veículos	4
Móveis, utensílios	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.12. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Na data das Demonstrações Financeiras não foram identificados indicativos de impairment. **2.13. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.14. Provisões para riscos:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data-base das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre o prejuízo fiscal e as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.16. Benefícios a empregados:** a) Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro operacional da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (contructive obligation). **2.17. Patrimônio líquido:** a) Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.18. Reconhecimento da receita:** a) Receita de publicidade: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de publicidade é registrada quando ocorre a exibição. A Companhia reconhece a receita quando o seu respectivo valor pode ser mensurado com segurança e quando o contrato é transferido aos seus respectivos clientes. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita bruta de publicidade na Companhia compreende a veiculação de publicidade negociada localmente, assim como a negociada pela Rede Globo para exibição na emissora. As trocas não monetárias de publicidade por serviços ou produtos são registradas ao valor de mercado em receitas e despesas. b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.19. Arrendamentos:** CPC 06 (R2) - "Arrendamentos": com essa norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento que se enquadram na respectiva norma contábil. A Companhia adotou procedimentos internos para contabilização dos contratos de arrendamento, de acordo com o CPC 06 (R2) e, realiza mensalmente, as respectivas contabilizações e adoções de novos contratos, quando aplicável. A Companhia reconhece o ativo de direito de uso, contra passivo de arrendamento, considerando-se os valores brutos dos contratos de arrendamento e aplica taxa incremental para cálculo do valor presente líquido. **2.20. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.21 Outras receitas e despesas:** As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios. **2.22. Depósitos judiciais:** Em regra geral, os depósitos judiciais são mantidos pelo seu valor original, desde que não tenha determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante, e quando aplicável, apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. **3. Normas, alterações e interpretações das normas: 3.1. Pronunciamento novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações): As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e notas explicativas. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e notas explicativas. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A Administração

Patrícia Ferreira do Amaral - Contadora- CRC SP 257535/O-2

EY

O Relatório da Ernest & Young Auditores Independentes S/S Ltda., datado de 30 de abril de 2025, foi emitido sem ressalvas e sem ênfase, e encontra-se à disposição dos acionistas junto com as demonstrações financeiras completas, na sede da Companhia.

AVISOS: 1) As demonstrações financeiras apresentadas são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2) Esta é a integra das Demonstrações Financeiras publicadas as quais se encontram disponíveis simultaneamente no seguinte endereço eletrônico: https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes